

Exmo. Sr. Conselheiro - Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Processo nº 812.293.

Natureza: Tomada de Contas Especial.

O **MUNICÍPIO DE SANTO HIPÓLITO**, por seu Prefeito Municipal, vem dizer o que segue.

Conforme acórdão que consta destes autos, este Tribunal decidiu:

*Vistos, (...) No mérito, com fundamento no comando do art. 48, III, da Lei Complementar n. 102/08, acordam em julgar irregulares as contas examinadas, em razão da ausência de comprovação da utilização dos recursos repassados na execução do objeto do Convênio n. 99/2007, e em **determinar que seja restituído ao erário estadual o valor de R\$ 22.000,00** (vinte e dois mil reais), devidamente corrigido, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, **pelo então Prefeito Milton Ferreira da Silva, do Município** de Santo Hipólito, signatário do instrumento. **Oficie-se ao Juízo da Comarca de Corinto, na qual tramita o Processo de n. 0179794-41.2009.8.13.0191**, cientificando-o do inteiro teor desta decisão.*

Sobreveio informação do Estado de que o valor teria sido restituído, tendo o Município, em atenção ao Ofício n. 10528/2021 deste Tribunal, informado nas fls. 296-301 (protocolo 8106311 / 2021) que, de fato, a "restituição" foi feita com recurso do Município, sendo que o empenho e a autorização de pagamento ocorreram durante a Gestão do então prefeito Márcio Ângelo Araújo Júnior.

Conforme consignado nos autos, não poderia o Município pagar uma dívida pessoal do ex-prefeito Milton Ferreira da Silva e em razão de tais fatos **o Município vem informar que adotou as medidas legais para responsabilização do ex-prefeito Márcio Ângelo Araújo Junior**, em cujo mandato ocorreu o empenho, autorização de pagamento e demais atos administrativos para o pagamento da dívida do Sr. Milton Ferreira da Silva. A petição inicial com pedido de ressarcimento do Município segue em anexo.

Anotamos que nenhum ato foi praticado durante a gestão do falecido prefeito Pedro Chaves.

O Sr. Márcio Ângelo, vice-prefeito, passou a exercer o cargo de Prefeito em 04/01/2010, conforme Decreto 02/2010, Decreto legislativo 01/2010 e Termos de Posse 01 e 02/2010, fls. 297-300; o empenho, com assinatura do Sr. Márcio Ângelo, ocorreu em 10/06/2010, fl. 301; e o pagamento ("restituição") ocorreu em 25/06/2010, fl. 301.

Em razão do dito acima, **o Município vem informar que no dia 25/08/2021 propôs demanda na Vara Única da Comarca de Corinto com pedido de restituição do valor que a municipalidade despendeu indevidamente** – processo n. **5001141-09.2021.8.13.0191, conforme anexo.** Portanto, tanto o ex-prefeito Milton Ferreira da Silva, que não prestou contas, como o subsequente prefeito Márcio Ângelo que procedeu a indevida restituição com curso do município, estão sendo demandados no Poder Judiciário para ressarcimento do erário público.
Santo Hipólito-MG, 06/04/2022.

Heliomar Rocha Teixeira

Prefeito do Município de Santo Hipólito